

FORMAÇÃO DE PROFESSORES E ENSINO BÁSICO A PARTIR DA LEI

10.639/03: nossa experiência na UFRuralRJ (2005-2007).

Marília Campos/UFPB

A Lei 10.639/03 introduziu, como elemento obrigatório para os sistemas de ensino, a Educação das relações Étnico-raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Como professora de Prática de Ensino de História na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRuRJ) nos anos de 2005 a 2007, deparei-me com o desafio de responder a uma demanda para qual não me considerava minimamente preparada. Na ocasião de minha graduação em História na Universidade Federal Fluminense (UFF) nos anos 80, nosso currículo era eurocêntrico, contrabalançado por um bom número de disciplinas de História do Brasil. Meu contacto com as discussões sobre negritude e africanidade se realizou em função da exposição que sofríamos ao grande volume de pesquisas e de debates sobre história da escravidão relacionada com história regional e local. A contaminação da minha visão em torno do tema, portanto, foi indireta, em função da ambiência da cultura de pesquisa que caracterizava a historiografia da UFF naquela ocasião. Outra fonte de aprendizagem foi o Movimento Negro com o qual acabávamos sempre convivendo já que, naquela época, havia uma intensa militância e uma proliferação de lugares de participação política, de maneira que pessoas de diferentes grupos acabavam quase sempre se conhecendo e fazendo algumas atividades juntas.

Dessa forma, foi após o meu ingresso na UFRuRJ (2006) que fui desafiada a dar conta deste tema na formação de professores, ainda que ele não me fosse estranho em função de algumas atividades que havíamos realizado tanto como docente de Ensino Básico, quanto como gestora em instituição escolar e em rede pública de ensino em Angra dos Reis, ou ainda como professora na formação de professores no Ensino Superior em lugares anteriores à UFRuRJ. Na escola onde havia iniciado minhas atividades como professora de história (5ª a 8ª série) – Escola Municipal Nova Perequê, localizada no distrito de Mambucaba em Angra dos Reis (RJ) – havíamos realizado, ao longo de mais de década, Semanas da Consciência Negra por

ocasião do dia 20 de novembro. Na referida escola, havíamos também trabalhado com narrativas dos moradores locais a respeito da escravidão tendo em vista a presença de uma memória social viva do tema, até porque a área havia abrigado antigas fazendas dos Breves. Na época, como trabalhávamos gravando depoimentos dos moradores sobre história da localidade, descobrimos algumas histórias e recolhemos poemas de seu Manoel Benedito, neto de escravos, membro da Pastoral da Terra e fundador da Associação de Pequenos Agricultores do Vale de Mambucaba. Este material era socializado com colegas nas reuniões pedagógicas e inserido nas aulas de História e de outras disciplinas para as turmas de 5ª a 8ª série com que trabalhávamos.

A Semana da Consciência Negra era um evento que estava incluído todos os anos em nosso calendário de atividades e sempre fazia muito sucesso, até porque era o momento em que as disciplinas e alunos de diferentes turmas se misturavam nas oficinas, em que a capoeira que sempre acontecia fora dos tempos das aulas era incluída na programação do evento, etc. Quando estive na Secretaria Municipal de Educação de Angra dos Reis na direção do Departamento de Projetos e Assuntos Comunitários e, posteriormente, na gerência da Divisão de Educação, articulamos com a Secretaria Municipal de Cultural não só uma Semana de atividades na cidade como também criamos formas de apoiar as Semanas da Consciência Negra que ocorriam na quase totalidade das escolas da rede. As Semanas da Consciência Negra, portanto, constituíram-se em importantes portas de abertura para transformações curriculares e das atividades nelas realizadas, a temática do negro penetrava em diversas disciplinas. Isso tudo num contexto bem anterior à Lei 10.639/03.

Ao longo de minha experiência no Ensino Superior como professora substituta na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ-São Gonçalo) e como professora na Universidade Estácio de Sá (UNESA), fui participar de diversas bancas e orientar monografias/trabalhos de conclusão de curso sobre o tema da negritude e da educação. Mas foi na UFRuRJ, como professora concursada, que tive que de fato responder à questão da formação de professores face às demandas apresentadas pela Lei 10.639/03.

Como professora de Prática de Ensino de História na UFRRJ procuramos, de 2005 a 2007, desenvolver um conjunto de ações para responder a esta questão. Consultando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a , Educação das relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP 01/04) vemos a prescrição da responsabilidade das Instituições de Ensino Superior frente à formação de professores:

Art 1 – A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, a serem observadas pelas Instituições de Ensino que atuam nos níveis e modalidades da Educação brasileira e, em especial, por Instituições que desenvolvem programas de formação inicial e continuada de professores.

§ 1º As Instituições de Ensino Superior incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos cursos que ministram , a Educação das relações Étnico-raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afro-descendentes (...).

Dessa forma, busquei desenvolver um conjunto de atividades que, aliando docência, pesquisa e extensão, perpassava: a) a formação inicial dos licenciandos; b) a formação continuada dos professores do Ensino Básico público local; c) o cotidiano dos alunos e de algumas escolas públicas locais de Ensino Básico. Para isso, tomamos como referência a concepção freiriana de educação como ação cultural, contribuindo para a ressignificação do currículo e para a compreensão da formação de professores enquanto produção cultural, tendo em vista o papel de autoria dos sujeitos envolvidos e dos processos e produtos por eles criados. Além disso, partimos também do entendimento de que as atividades convocavam os diferentes sujeitos a apresentarem sua leitura de mundo a respeito do tema, colocando essas leituras em diálogo com outras veiculadas pela mídia, pelos livros didáticos e pelas pesquisas acadêmicas em torno do tema. As atividades foram realizadas em várias escolas públicas locais de Ensino Básico, a saber: CIEP 155, CAIC Paulo

Dacorso, turmas do Pré-vestibular comunitário da UFRuRJ, escolas particulares, CIEP de Vilar Carioca, EE Janotti, EE Presidente Dutra, Centro Educacional Alfredo Prado.

Como objetivos, pretendemos:

1. Promover ações de formação inicial e continuada de professores a partir das diretrizes da Lei 10.639/03, articulando docência, pesquisa e extensão através de atividades em espaços escolares de educação básica, aproximando a Universidade pública das redes de ensino e da sociedade.
2. Promover ações de formação inicial e continuada de professores a partir das diretrizes da Lei 10.639/03.
3. Articular docência, pesquisa e extensão através de atividades realizadas em espaços escolares de Educação Básica.
4. Aproximar as ações da Universidade pública da realidade do cotidiano escolar do Ensino Básico.
5. Relacionar, nas atividades, saberes científicos, escolares e populares.
6. Trabalhar a formação de professores na perspectiva da ação cultural (Paulo Freire), da autoria e da autonomia.
7. Promover atividades em que os sujeitos em formação pudessem expressar suas leituras de mundo, possibilitando-lhes o diálogo dessas leituras com as informações veiculadas pela mídia, pela pesquisa acadêmica, pelos movimentos sociais e por outros segmentos da sociedade civil.
8. Socializar valores, atitudes e informações relacionados à Lei 10.639/03, promovendo a interdisciplinaridade.
9. Trabalhar no campo da intertextualidade, articulando a linguagem verbal (falada e escrita) com a linguagem visual e audiovisual e as tecnologias da informação e da comunicação.

A - Quanto à formação inicial dos licenciandos:

Engajamos nossos graduandos nas atividades voltadas para a formação continuada de professores em novembro de 2006, na I Semana da Consciência

Negra organizada com recursos do Programa Prodocência MEC/SESu destinado a dar apoio às Licenciaturas na UFRuRJ e a promover um fortalecimento das ações da Universidade junto aos professores de Educação Básico nas redes de ensino públicas locais. A proposta elaborada pela UFRuRJ para o Prodocência/MEC relacionava-se à difusão dos Temas Transversais dos PCNs e eu, naquela ocasião, passei a integrar o Grupo de Trabalho relacionado ao tema da Pluralidade Cultural. Tendo em vista a necessidade de contemplarmos a questão da negritude e da africanidade, organizamos o evento da Consciência Negra (2006) com atividades diversificadas (palestras, cine-debates, oficinas) voltadas para um público também diversificado (alunos das licenciaturas, alunas do Ensino Médio/formação de professores, alunos e professores do Ensino Básico). No evento, oferecemos palestras com professores-pesquisadores de Universidades, preparamos os licenciandos de História para oferecerem oficinas e cine-debates relacionados ao tema, trouxemos professores convidados para realizar oficinas de arte e de contação de histórias para os alunos menores do CAIC. Além dos alunos de nossas Licenciaturas, recebemos professores das escolas do entorno e as alunas das turmas de formação de professores do Ensino Médio (EE Presidente Dutra).

Penso que a Semana da Consciência Negra, dada à variedade de suas atividades e ao impacto do seu caráter eminentemente cultural, costuma produzir uma ambiência muito salutar nas instituições educacionais, enriquecendo o currículo oculto e construindo um clima favorável às abordagens do tema em momentos posteriores. Esse impacto que já havíamos visto em outros espaços educativos também ocorreu na UFRuRJ, tendo em vista que nunca se havia discutido este tema anteriormente. Contribuiu, inclusive, para acelerar a introdução da discussão sobre cotas para afro-descendentes na Universidade.

Já em 2007, elegi o tema da Lei como eixo principal das atividades de Prática de Ensino de História. Iniciamos o curso realizando leituras teóricas, exibindo e debatendo filmes e analisando livros didáticos e paradidáticos sobre o tema, além de realizarmos entrevistas c/ professores. Após esse momento, propus aos licenciandos que eles construíssem oficinas para serem ministradas junto aos alunos das escolas de Educação Básica. As oficinas trataram de

diversos temas, dentre eles: racismo, cotas e políticas afirmativas, situação atual dos afro-descendentes, escravidão no Brasil, apartheid, movimento negro no Brasil e no mundo. Do ponto de vista teórico-metodológico, as oficinas pretendiam: a) trabalhar com múltiplas linguagens; b) propor atividades que abarcassem os relatos de vida dos alunos do Ensino Básico; c) adotar uma linha alternativa de construção de materiais didáticos que fugisse dos estereótipos trazidos pelo uso continuado dos livros didáticos e dos repertórios preconceituosos que povoam nosso cotidiano. As oficinas se desenrolavam a partir de uma situação-problema apresentada a partir de algum tipo de material didático (filme, power-point, música, recorte de jornal) e depois sempre proporcionavam um momento para que os alunos debatessem e realizassem uma produção textual e/ou de desenhos, registrando suas opiniões. Eis alguns textos produzidos nas oficinas¹:

TEXTOS SOBRE COTAS PARA AFRODESCENDENTES NAS UNIVERSIDADES:

TEXTO 1:

O sistema de cotas pode ser analisado de várias formas. Penso que as cotas podem ajudar algumas pessoas sem condições financeiras a entrar em uma Universidade mas, por outro lado, vejo que isso não é tratar os afrodescendentes iguais aos demais estudantes.

Penso que isso não é o início correto de uma mudança no sistema que deveria começar na sociedade em geral.

Aluno do Pré–Vestibular comunitário da UFRRJ (turma do
CAIC)

TEXTO 2:

¹ Um dos propósitos da compilação desses textos era de que servissem para uso em sala de aula por professores. Inserimos diversos desses textos num pequeno caderno que organizamos para um curso de formação continuada para professores da rede estadual de ensino – SEE/RJ Metropolitana VI (Paracambi, Seropédica e Itaguaí). O evento chamou-se *África, Africanidade e Ensino* e foi promovido pela UFRuRJ em parceria com a SEE/RJ – Metropolitana VI entre 04 e 08 de agosto de 2008 no CIEP 155. O evento foi financiado com os recursos do PRODOCÊNCIA – MEC/SESu.

Sou a favor das cotas porque os negros são muitos discriminados na sociedade. Na sua maioria, não tem as mesmas oportunidades que as outras pessoas. Por causa de sua cor, muitas vezes não conseguem emprego. As pessoas logo olham sua cor (sem nem mesmo saber seu potencial) e logo dizem que não há vagas. Logo vem o preconceito.

Aluno do Pré–Vestibular comunitário da UFRRJ (turma do CAIC)

TEXTO 3:

Sou a favor das cotas. O Rio de Janeiro necessita de uma mudança rápida e eficaz. A vivência universitária possibilita aos jovens negros, além do acesso à informação e à formação profissional, a oportunidade de participar de um mundo onde o estudo possibilita viajar pelo Brasil, ir aos Congressos, conhecer a ciência experimental, o conhecimento de outros ambientes mais educandos e mais competentes.

O Rio de Janeiro precisa deixar de ser o lugar onde existe muita matança e drogas. Acho que a Universidade pode ser um meio para levar os jovens a uma mudança de ares, de atitude;, pode ser um meio, um novo começo para uma sociedade desarmada, onde grandes filósofos podem ser formados, novas gerações de cientistas... Quem sabe, existem cientistas nos morros, atrás de pistolas, usando drogas, que nunca serão revelados para a humanidade, porque nunca passarão pela Universidade...

Aluno do Pré–Vestibular comunitário da UFRRJ (turma do CAIC)

TEXTO 4:

Acredito que a sociedade brasileira tenha uma dívida histórica e que, de fato, não assume os ideais de igualdade em relação às minorias étnicas. Acredito que as cotas, mesmo não sendo uma medida que resolva nossa crise educacional, mostrem aos cidadãos o direito à inclusão.

Sou, portanto, a favor de políticas afirmativas para negros, índios e os desfavorecidos educacionalmente e economicamente.

Juliana, Antônia – Alunas do Pré–Vestibular comunitário da UFRRJ (turma do CAIC)

TEXTO 5:

Eu sou contra por haver não só negros pobres, mas também brancos. Então, se os negros merecem, os brancos também deveriam receber, pois não devem ser tratados desigualmente mas de forma igual. A maneira mais fácil de resolver é serem vistos como qualquer ser humano.

Aluno do Pré–Vestibular comunitário da UFRRJ (turma do CAIC)

TEXTO 6:

Sou contra as cotas raciais em Universidades porque tem que haver igualdade social em um país como o nosso, tão democrático. Porque não deve haver privilégio a uma pessoa só por causa da cor de sua pele.

O direito de ingressar em uma universidade deve ser medido pela sua capacidade intelectual.

Letícia – aluna do Pré–Vestibular comunitário da UFRRJ (turma do CAIC)

II– TEXTOS SOBRE RACISMO:

TEXTO 1:

A mãe da minha colega a fica chamando de *macaca*.

Na boa, eu acho isso: colocou a menina no mundo e agora fica escolachando a garota.

Ela é criança, ainda tem 5 anos.

Suellen Vieira – EE Janotti

TEXTO 2:

Muitos negros roubam, mas muitos são roubados.

Essa frase demonstra que muitas pessoas pensam que todo negro é ladrão.

O que acontece é que muita gente não pensa no que fala. O ideal seria que todos nós parássemos para pensar e refletir um pouco.

Monique Crescêncio Silvino – EE Janotti

TEXTO 3:

Racismo é burrice

Eu não gosto disso

Vamos acabar com isso

Em volta de mim

Tem muita gente racista.

Já vi pessoas chamando outras

De macaco e ladrão

Só porque eram pretas.

Aluno da EE Janotti

TEXTO 4:

Bem, eu sei que o racismo é crime e também sei que existe.

Na minha família tem racismo. O meu avô materno ficou horrorizado quando viu meu pai e ele perguntou se minha mãe iria se casar com ele. Ela disse que iria.

Mas o que eu fico impressionado é porque ele também é negro. Eu acho que isso deve acabar! Uma piada que eu já ouvi foi uma pessoa dizendo para outra, do meu lado, que todo negro que corre é ladrão. E também que branco de branco é doutor e negro de branco é macumbeiro...

Aluno da EE Janotti

TEXTO 5:

Racismo é uma besteira. É como se fosse uma doença, sabe? A pessoa não admite que tem...

Uma vez, no mercado, tinha um cara negro sem blusa e com a bermuda rasgada. Ele estava no caixa para pagar as mercadorias, mas as pessoas não queriam ficar atrás dele. Ele ficou ali sozinho. As pessoas fizeram a maior muvuca nos outros caixas, mas não ficaram na fila do cara negro. Aproveitamos que ali estava vazio e pagamos nossas contas.

Em pleno século XXI, eu acho um absurdo esse tipo de sentimento e atitude. Somos todos seres humanos, não importa a cor, cabelo ou onde você mora.

Aluno da EE Janotti

TEXTO 6:

Preconceito: desigualdade social.

Nós achamos que todos nós temos um pouco de preconceito religioso, racial, sócio-econômico, etc. Essa desigualdade é provocada inicialmente pelos governantes, pela falta de conscientização das próprias pessoas que sofrem o preconceito e também daquelas que o praticam.

Nós chegamos à conclusão de que a escravidão ainda existe em nossa sociedade e até no mundo.

Acreditamos que essa situação pode ser mudada através de nossas atitudes, da aquisição de conhecimento e principalmente do respeito por si próprio e pelo outro.

Texto coletivo – EE Janotti

TEXTO 7:

O negro e a história do Brasil

A turma discutiu sobre o racismo desde a época da escravidão até os dias de hoje. A história da participação dos negros no Brasil deve ser discutida e reescrita para a gente ter a compreensão do que realmente aconteceu.

Também vimos que os negros foram negociados, humilhados, tratados como mercadorias, tendo seu valor em dinheiro definido por suas características físicas e comportamentais. Contudo, nem sempre os negros foram só escravos: eles também tinham oportunidade de trabalhar e de ganhar dinheiro.

Os negros, com sua participação, nos deixaram sua rica cultura como a capoeira, as comidas, as danças.

Atualmente, o racismo teve pouca mudança pois o negro ainda é visto como escravo. O racismo no Brasil é disfarçado por causa da hipocrisia da sociedade. A mídia põe que a beleza tem que ser branca e o mercado de trabalho é um dos principais locais de discriminação do negro, onde os negros já são descartados por sua cor já na seleção.

Por isso, a turma acha que o preconceito tem que ser discutido em profundidade por todos nós.

Texto coletivo – EE Janotti

TEXTO 8:

A pluralidade étnica na escola

Muitos são os problemas enfrentados nas escolas por causa da discriminação racial. Os mais afetados são os negros e os índios.

Embora se tenha enfatizado este assunto nas escolas, tem pessoas que com brincadeiras sem graça acabam ofendendo os negros. Se passam no corredor dois rapazes brancos com a roupa toda bagunçada, ninguém fala nada. Mas se um negro passar todo arrumadinho, logo será motivo de deboche...

Infelizmente, não há essa conscientização de que todos somos iguais e temos os mesmos direitos.

Mônica da Silva Jesus – aluna do Pré–Vestibular comunitário da UFRuRJ (turma do Instituto de Educação)

Além das escolas públicas de Ensino Básico, as oficinas foram oferecidas também para as turmas de pré-vestibular comunitário da UFRuRJ e para uma escola privada. Cada grupo ficou encarregado de, então, organizar suas observações acerca do processo de ensino-aprendizagem vivido em portfólios e também de apresentar, ao final do ano, na Semana da Consciência Negra (novembro de 2007), sob forma de comunicação científica, suas conclusões a respeito do trabalho realizado.²

A segunda Semana da Consciência Negra realizada em novembro de 2007 no CIEP 155 já expressou um outro momento, fruto do enraizamento do trabalho pedagógico com as escolas locais. Foi realizada no CIEP 155, escola onde, desde 2006, realizávamos oficinas e atividades. Esta semana se constituiu como culminância dos diversos trabalhos que realizamos nas escolas, de forma que, juntamos colegas das Secretarias Municipal e Estadual de Educação, do CIEP 155, do CAIC Paulo Dacorso, do Departamento de Teoria e Planejamento de Ensino e a coordenação do curso de História (UFRuRJ). No evento, foram realizadas mesas de debate com pesquisadores

² Os licenciandos de História estavam assim agrupados: Grupo 1 – Aline Martins dos Santos; Ramona Hally R. de souza; Rodrigo da Silva; Tatiane dos Santos; Alan Oliveira. Grupo 2 – Lorena Gouvea; Jéssica Suzano; Veimar Francisco da Silva Jr; Lílian Lucena T. Brito. Grupo 3 – Bruno Silva de Souza; Fabiano da Silva Bastos; Mário R. Silva de Arruda; Walter Luiz de Andrade Neves.

especialistas, com professores do Ensino Básico e com representantes de ONGs e de organizações do Movimento Negro. As escolas de Itaguaí, Paracambi e Seropédica trouxeram atividades culturais que não conhecíamos, tais como: peças de teatro, corais, Afrolata, etc. Os licenciandos da Prática de Ensino de História, conforme já apontado aqui, também apresentaram trabalhos analisando suas experiências nas escolas.

É importante, a esta altura, nos remetermos às avaliações escritas por esses licenciandos:

Este leque diversificado de abordagens, debatidas durante o fórum de debates sobre as oficinas ministradas nas escolas básicas, nos permitiu compreender como as representações sociais sobre os negros e sobre as culturas africanas são interiorizadas e externadas pelos atores sociais em cena. E mais: nos permitem entender como os alunos percebem as africanidades presentes no seu cotidiano.

Estas reflexões são primordiais para nós, futuros educadores, no que diz respeito à forma de abordagem, em sala de aula, das relações étnico-raciais e do ensino da cultura e da história africana e afro-brasileira, assuntos complexos, densos e contraditórios, mas que são centrais para entendermos a construção de nossa identidade nacional bem como as relações sociais estabelecidas no nosso cotidiano: relações muito pertinentes a uma realidade social ainda permeada pelo falso mito da democracia racial.

Finalizando, apesar dos contratempos e das dificuldades que enfrentamos ao ter que lidar com o 'outro', acreditamos que as oficinas contribuíram muito para a nossa formação como professor-pesquisador. Estas atividades nos possibilitaram exercitar o nosso olhar, os nossos ouvidos e a nossa sensibilidade para a apreensão do modo como este 'outro' vê, pensa e concebe o mundo

e sua realidade social. Para nós, ao lidarmos com este 'outro', acabamos por ver nossos próprios preconceitos, nossas interpretações embebidas de juízos de valor, bem como a nossa dificuldade em entender e aceitar aquele e aquilo que nos parecer estranho, diferente, 'exótico'.³

B – Quanto à formação continuada dos professores do Ensino Básico público local:

As duas Semanas da Consciência Negra (2006 e 2007) proporcionaram espaços para inclusão de relatos de práticas, debates e reflexões em torno da Lei 10.639/03. Quanto à análise das condições encontradas, atestamos uma abertura/solicitação dos sistemas de ensino para que a Universidade pública ofereça formações, bem como a alternativa cotidiana dos professores do Ensino Básico de "irem se virando" conforme podem, construindo práticas a partir dos seus repertórios próprios. As atividades de formação procuraram trazer estudos produzidos pelos acadêmicos mas procuraram também valorizar as falas e os relatos trazidos pelos professores do Ensino Básico. Nesse sentido, em Seropédica encontramos a contribuição – em termos de materiais didáticos e de discussão de conteúdos – do Movimento Negro local e de ONGs, mostrando como a Universidade chegava "atrasada" às demandas locais, dado seu distanciamento do mundo social.

Da II Semana da Consciência Negra surgiu a proposta de curso de formação continuada para os professores da rede pública estadual (Metropolitana VI), oferecido pela UFRuRJ em agosto de 2008. É importante compreendermos como espaço de formação continuada o que foi vivenciado pelos professores nos momentos em que compartilharam com os licenciandos as oficinas nas escolas, principalmente no CIEP 155 e no CAIC Paulo da Corso. No caso desta última, trabalhou-se com as professoras do 1º segmento através da coordenação da professora Aurélia Delgado, responsável pelo trabalho com Pluralidade Cultural, e do Projeto de Extensão Rodas de Leitura sobre Africanidade e Negritude.

³ Relatório de final de curso apresentado pelos alunos Tatiane, Rodrigo, Aline e Ramona em dezembro de 2007.

C – Quanto ao cotidiano dos alunos e de algumas escolas públicas locais de Ensino Básico.

Através das oficinas foi possível perceber as diversas leituras de mundo e valores presentes no cotidiano escolar. No caso das crianças menores (1º segmento do Ensino Fundamental - CAIC), as rodas de leitura levavam sempre um material audiovisual e uma contação de histórias que, ao final, era ressignificado por elas através das atividades de pintura, de desenhos e textos espontâneos. Este material foi coletado e analisado pelas professoras e pelos bolsistas, sendo também devolvido às crianças sob a forma de portfólios.

Pudemos observar que, conforme nos indica SIMAN (2005), nas atividades realizadas, os sujeitos representam determinados conceitos que são de caráter profundo, ou seja, de impregnação cultural realizados na longa duração e que as oficinas provocam ressignificações que vão se desencadeando lentamente. Por exemplo, em alguns desenhos das crianças, conviviam as imagens recorrentes dos negros sendo açotados com a propaganda do Governo Federal veiculada pela televisão de que ser diferente é o que importa. Somos da opinião de que somente inserção dessas atividades nas disciplinas curriculares e através de um trabalho recorrente e persistente poderá contribuir para uma releitura crítica dos preconceitos raciais presentes em nosso cotidiano.



Rodas de Leitura sobre negritude e africanidade – CAIC Paulo Dacorso (2007)

No caso dos alunos do CIEP (Ensino Básico), o debate, a narração de casos vividos e a produção de textos possibilitaram a construção de registros que foram compilados e analisados pelos alunos, como alvo de pesquisa acerca das visões dos educandos e dos caminhos metodológicos que a Escola Básica pode criar no diálogo com aquelas visões. Além da análise de vários materiais disponíveis sobre o tema, em especial os paradidáticos, materiais didáticos alternativos foram criados. Além disso, analisando as avaliações dos alunos das turmas de pré-vestibular comunitário da UFRuRJ, atestamos que os debates realizados nas oficinas contribuíram bastante interligando-se com conteúdos de diversas disciplinas, sendo os textos produzidos apropriados pelos professores que trabalhavam com redação.

Revisitando as recomendações trazidas pela Lei 10.639/03⁴ aos sistemas de ensino e os estabelecimentos de Educação Básica e de Ensino Superior, pensamos ter contribuído com algumas delas, tais como: a) registro das histórias não contadas dos (e pelos) negros (e afro-descendentes); b) apoio aos professores para elaboração de planos, projetos, seleção de conteúdos e métodos de ensino; c) divulgação de experiências pedagógicas de escolas, estabelecimentos de ensino superior e secretarias de educação; articulando sistemas de ensino, comunidade e movimentos sociais; d) introdução, na formação de professores, de conceitos e de bases teóricas relacionadas ao racismo, discriminações, intolerância, preconceito, estereótipo, raça, etnia, cultura, classe social, diversidade, diferença, multiculturalismo, de práticas pedagógicas, de materiais e de textos didáticos; e) inclusão da discussão desses temas e da bibliografia correlata no currículo de Ensino Básico, Ensino Superior e formação continuada de professores; f) inclusão desses temas e questões nos documentos normativos e de planejamento dos estabelecimentos de ensino; g) incentivo à pesquisa; realização, pelos sistemas de ensino federal, estadual e municipal, de atividades periódicas, com a participação das redes de escolas públicas e privadas, de exposição,

⁴ Atualmente, como bem sabemos, substituída pela lei 11.645/08 que integra a questão da educação indígena às questões dos negros.

avaliação e divulgação dos êxitos e dificuldades do processo de ensino-aprendizagem dos temas.

No entanto, apesar do avanço realizado, com especial atenção para a articulação entre docência, pesquisa e extensão nas atividades desenvolvidas, as experiências são tópicas e mereceriam desdobramentos para se fortalecerem, tais como o necessário aprofundamento da parceria entre o curso de História e o curso de Pedagogia da UFRuRJ. As atividades foram realizadas apesar da inexistência de um NEAB (Núcleo de Estudos Afro-brasileiros) na UFRuRJ em Seropédica, obrigando-nos a fazer uma articulação com NEAB da UFRuRJ no Campus de Nova Iguaçu, com o qual trabalhamos em diversas ocasiões.

BIBLIOGRAFIA

ARNAUT, Luiz; LOPES, Ana Monica. **História da África: uma introdução**. Belo Horizonte, Crisálida, 2005.

DÁVILA, Jerry. **Diploma da brancura. – política racial e social no Brasil (1917-1945)**. São Paulo: UNESP, 2006.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Reflexões e propostas para uma agenda Nacional antidiscriminatória e de promoção da igualdade**. Brasília: julho, 2001.

HENRIQUES, Ricardo. **Desigualdade racial no Brasil: Evolução das condições de vida na década de 90**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001 (Texto para discussão n.807).

HERNANDES, Leila Leite. **Á África na sala de aula**. São Paulo: Selo Negro, 2005.

LOPES, NEI. **Bantos, males e identidade negra**. . Belo Horizonte, Autentica, 2006.

_____. **Dicionário escolar Afro-Brasileiro**. São Paulo: Selo Negro, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF, out. 2004.

_____ **Orientações e ações para a Educação das relações étnico-raciais.** Brasília: MEC, SECAD, 2006.

MUNANGA, Kabengele (org). **Superando o racismo na escola.** Brasília: MEC, SECAD, 2005.

_____; GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de hoje.** São Paulo: Global, 2006.

PAIXÃO, Marcelo. **Desenvolvimento humano e relações raciais.** Rio de Janeiro: DP& A, 2003.

SANTANA, Moisés de Melo, TAVARES, Maria das Graças Medeiros. Um olhar avaliativo sobre o Programa e Ações Afirmativas da UFAL. In: BRANDÃO, André Augusto (org.). **Cotas Raciais no Brasil: a primeira Avaliação.** Rio de Janeiro: DP& A, 2007.

_____. População negra: pesquisa e ações sociais no norte e nordeste do Brasil. In: FUMES, Neiza Fredeirico, PIZZI, Laura Cristina Vieira (orgs.). **Formação do Pesquisador em Educação: identidade, diversidade, inclusão e juventude.** Maceió: EDUFAL, 2007.

SANTOS, B.S. (org.) **Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **A universidade do século XXI: por uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** São Paulo: Cortez, 2004.

SIMAN, Lana Mara de Castro. **Representações e memórias sociais compartilhadas: desafios para os processos de ensino e aprendizagem da história.** Caderno CEDES, Campinas, vol. 25, n 67, p. 348-364, set/dez 2005.

SUNDIATA, Ibrahim. *Repensando o africanismo da diáspora.* In: MUNANGA, Kabengele (org.). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial.** São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996.

VERGER, Pierre. **Verger-Bastide: Dimensões de uma amizade.** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2002.